

**A INTELLIGENTSIA BAIANA: A IMPORTÂNCIA DOS INTELLECTUAIS NA
CONCEPÇÃO DA “IDÉIA DE BAHIA” ENTRE AS DÉCADAS DE 1930 E 1950**

Sura Souza Carmo
Doutoranda em Museologia e Patrimônio UNIRIO
suracarmo@yahoo.com.br

O presente artigo visa discutir as atividades e os papéis desempenhados pelos intelectuais baianos na construção da “baianidade”, em uma análise pautada na influência da valorização da cultura afro-diaspórica na Bahia no pós-abolição e no período, no Brasil, de busca da formação da identidade nacional. Entende-se por “baianidade”, ou “idéia de Bahia”, a construção simbólica de uma Bahia mística, de prevalência de características afro-diaspóricas, de sincretismo religioso e convivência pacífica entre as raças, pensamento moldado com forte influência dos intelectuais locais. Com o declínio da cana-de-açúcar, no final do século XIX, denominado de pós-abolição, Salvador oferecia poucas formas de ascensão do negro no mercado de trabalho e encontrava-se estagnada economicamente. Os intelectuais na Bahia, a partir da década de 1930, passaram a valorizar a cultura dos negros e mulatos da Bahia, inicialmente como uma forma de reparação do treze de maio e enaltecimento do elemento negro na formação da identidade local, mas, posteriormente, como uma forma de aquecer a economia local através do turismo étnico. Parte-se do princípio que a valorização de elementos culturais da cultura afro-descendente em Salvador, é influenciada por uma ação maior, iniciada na década de 1930, que impulsionou a busca de uma identidade nacional. De maneira contrária, se, no início do século XX, buscou-se a higienização e “branqueamento” do centro da cidade, posteriormente, em oposição, há a valorização da africanização da cidade. Entende-se que os intelectuais, sobretudo, a partir da década de 1930, viram na singularidade da cultura baiana e seu patrimônio um viés para reerguer economicamente o Estado. A partir do conceito de “intelectual orgânico” descrito por Gramsci, o intelectual é pensado como um indivíduo profundamente emaranhado nas relações sociais, pertencente a uma classe ou a um grupo social, ou ainda, como “força autônoma” independente da “camada social em que gravita”. A partir da caracterização dos intelectuais baianos do período estudado, busca-se compreender seu envolvimento em causas sócio-culturais, como a descriminalização do candomblé e da capoeira, e posteriormente, como auxiliares na construção da baianidade, pautada na valorização de elementos da cultura afro-diaspórica baiana e conseqüente mercantilização da cultura. Dessa maneira, o artigo propõe ainda uma reflexão sobre a invenção da baianidade, indústria cultural e turismo étnico, desenvolvendo uma análise que evidencia a importância dos atores locais, políticos e intelectuais no processo de ressignificação de bens simbólicos.

Para compreender o papel dos intelectuais baianos entre as décadas de 1930 e 1950 na construção da “idéia de Bahia” é necessário um breve panorama dos

acontecimentos políticos, econômicos e culturais dos primeiros anos da República na Bahia. Salvador e o Recôncavo – região produtora de açúcar desde o período colonial e com grande quantitativo de escravos até o século XIX – foram duramente atingidos com o fim da escravidão que produziu uma acentuada crise econômica atenuada apenas pela produção de cacau no sul do Estado. A busca por higienização dos espaços públicos, seguindo preceitos de civilização e progresso, chegou a Salvador através de uma reforma urbana que buscava diminuir as características africanas do centro da cidade e valorizar os elementos de origem lusitana e católica. Enquanto a elite buscava se distanciar do centro da cidade, sobretudo do distrito da Sé, a população pobre e de cor tinha, como espaço de moradia, convivência e trabalho, os cortiços e as ruas do centro da cidade. De acordo com Antonio Risério, Salvador, desde o século XVIII, era caracterizada, por muitos estrangeiros como uma “capital africana” e “uma nova Guiné” (RISÉRIO, 2004, p 181), sendo, portanto, uma tarefa difícil para as elites mascarar tais características.

A partir da *Mensagem do Governador do Estado da Bahia à Assembléia Geral Legislativa ao ano de 1927*, Nancy Assis assinala que Salvador estava em terceiro lugar em população no país, contando, no início do século XX com 230 000 habitantes. Para Assis, entre os anos de 1889 e 1930, a Bahia “não apresentou processos relevantes de diversificação da economia e de industrialização”, entretanto, a partir de dados de Pamponet Sampaio, a autora afirma que “a indústria baiana também se beneficiara do movimento de especulação e criação de companhias, bancos e fábricas conhecido como encilhamento, em 1890-91, tendo sido estabelecidas no Estado 32 fábricas” (ASSIS, 1996, p.32). Contudo, Salvador não alcançou a industrialização do centro-sul do país, existindo na Bahia uma elite voltada para as transações comerciais e uma população pobre e mestiça que vivia do trabalho informal no centro da cidade.

Comparativamente ao sudeste brasileiro, que vivia um período de entusiasmo e de riqueza relacionado a exportação de café, a Bahia vivia um período que foi denominado de “enigma baiano” que caracterizava a letargia econômica e uma busca de possíveis alternativas para a região que, durante a primeira metade do século XX, não se modernizava (AGUIAR, 1958; SAMPAIO, 1999).

Apesar da importância da mão de obra negra na economia baiana e do aspecto mestiço da elite, a Bahia estava em consonância com as discussões raciais do final do

século XIX e início do XX, buscando o branqueamento da população através de medidas de embelezamento e higienização da cidade (LEITE, 1996). Para Renato Ortiz, neste período, as contribuições culturais da população negra não eram consideradas próprias para a construção da idéia de nação, sendo o negro e o índio considerados “entraves no processo civilizatório”. Nina Rodrigues um dos intelectuais da Bahia que acreditava na inferioridade dos negros e que estudava o sincretismo religioso para classificá-lo como “forma religiosa inferior” (ORTIZ, 1994, p.20). Na virada do século XIX para o XX, a Bahia teve importantes intelectuais que discutiam os assuntos em voga, como raça, nação e progresso, inserindo o estado nas discussões políticas e acadêmicas. Assim como na capital da República, a elite baiana consumia a cultura francesa para demonstrar civilidade. Segundo Paulo Silva, as elites possuíam um desejo “obsessivo” de querer experimentar as tendências em moda na Belle Époque, vestindo-se à moda européia nos trópicos, cultivando o hábito dos encontros em cafés e lendo autores franceses como Auguste Comte, Émile Durkheim, Anatole France e Henri Berr (SILVA, 2000, p.87-88)

A Bahia sempre teve como característica, no período colonial e imperial, a constituição de uma elite letrada. Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais baianos tiveram papel preponderante nas discussões sobre a idéia de nação, participando de maneira ativa no parlamento federal e realizando também atividades em solo baiano. A comemoração do Centenário da Independência inseriu alguns intelectuais baianos no movimento de consolidação da República como Theodoro Sampaio, Pirajá da Silva e A. de Campos França, que ficaram encarregados, em comissão, de eleger os símbolos da Bahia (DÓCIO, 2014, p.32).

No campo intelectual baiano, nas primeiras décadas do século XX, havia uma discrepância acentuada entre o pensamento da elite pensante e as práticas culturais das classes populares. O entendimento do que representaria a Bahia, em termos culturais, destoava ou não representava a população em sua plenitude. A partir da década de 1930, no Brasil e na Bahia, há uma aproximação entre os intelectuais e as classes populares que representam a busca por pensar uma identidade nacional mais próxima das características da população.

Neste sentido, vinculado ao pensamento gramsciano, é necessário entender que a função dos intelectuais é mediar às contradições existentes entre sociedade civil e sociedade política, ou seja, entre classes fundamentais e o Estado. No pensamento de Gramsci, os intelectuais tem um papel preponderante na vida social, sendo compreendidos como “todo o estrato social que exerce funções organizativas no campo da produção, no da cultura e no político-administrativo” (GRAMSCI, 2004, p. 96). Ao analisar o contexto baiano é possível observar, a partir do pensamento de Gramsci, que “não existe uma classe independente de intelectuais, mas todo grupo social tem uma própria camada de intelectuais ou tende a formar uma para si” (GRAMSCI, 2004, p. 64). O intelectual é um homem do seu meio, que influencia e é influenciado pelo seu círculo social.

O pólo central da elite baiana na década de 1920 era o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), grupo social vinculado à elite agrária do estado, que manifestava uma concepção de Bahia vinculada às origens européias. Apesar de se acreditarem “independentes” ou “autônomos” do “grupo social dominante”, de acordo com o pensamento de Gramsci (GRAMSCI, 1985, p.6), a grande maioria dos intelectuais baianos estava vinculada a grupos políticos e a elite agrária. Sobre o caráter dominante de determinados grupos sociais, a partir do pensamento gramsciano é possível salientar que:

[...] a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como “domínio” e como “direção intelectual e moral”. Um grupo social domina os grupos adversários, que visa a “liquidar” ou a submeter inclusive com a força armada, e dirige os grupos afins e aliados. Um grupo social pode e, aliás, deve ser dirigente já antes de conquistar o poder governamental (esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos torna-se dominante mas deve continuar a ser também “dirigente” (GRAMSCI, 2004, p. 63).

Contudo, é necessário salientar que, conforme o pensamento de Norberto Bobbio, os intelectuais não pertencem “a uma categoria homogênea” (BOBBIO, 1997, p.9), pois, além do IGHB, havia outros intelectuais na Bahia na década de 1920, com destaque especial para Manuel Querino, fundador do Liceu de artes e ofícios da Bahia, que teve uma produção intelectual voltada para a valorização do negro na formação da cultura baiana, caracterizando-o como elemento civilizador (LEAL, 2015). A Academia

dos Rebeldes, com a participação dos jovens Jorge Amado, Edison Carneiro e Aydano de Couto Ferraz, também possuía um pensamento distanciado do IGHB (SANTANA, 2017, p. 43). No final da década de 1920, a Bahia passa a possuir uma diferenciação maior de pensamento entre os intelectuais, configurando forças antagônicas e que possuíam aliados em grupos distintos para exercer o poder ideológico. Ao considerar o papel dos intelectuais na sociedade moderna, é necessário afirmar que toda sociedade possui, além do poder político e econômico, detentores de poder ideológico, os quais podem ser exercidos em “diversas direções, inclusive contrastantes entre si” (BOBBIO, 1997, p.11). Para o autor há:

[...] ao lado do poder econômico e do poder político, o poder ideológico, que se exerce não sobre os corpos como o poder político, jamais separado do poder militar, não sobre a posse de bens materiais, dos quais se necessita para viver e sobreviver, como o poder econômico, mas sobre as mentes pela produção e transmissão de idéias, de símbolos, de visões de mundo, de ensinamentos práticos, mediante o uso da palavra (BOBBIO, 1997, p. 11).

Os intelectuais, no início da República, exerceram papel preponderante na construção da identidade nacional do país e, também, para a construção de identidades regionais. Para Renato Ortiz, o processo “de construção da identidade nacional se fundamenta sempre numa interpretação”, ocorrendo de forma direta ou indireta, com todos se dedicando a um tipo de interpretação do Brasil, com “a identidade sendo o resultado do jogo das relações apreendidas por cada autor” (ORTIZ, 1994, p.139). Tal interpretação aplica-se aos intelectuais baianos, que a partir da década de 1930, apresentavam a cultura baiana de maneiras distintas, exercendo diferentes formas de mediação simbólica.

De acordo com Renato Ortiz “são os intelectuais que desempenham esta tarefa de mediadores simbólicos”, enfatizando ainda que os intelectuais podem “ser definidos como mediadores simbólicos”, pois “confeccionam uma ligação entre o particular e o universal, o singular e o global” (ORTIZ, 1994, p.139). Para Ortiz, os intelectuais são mediadores necessários para “a construção da identidade nacional”, pois “deslocam as manifestações culturais de sua esfera particular e as articulam a uma totalidade que as transcende” (ORTIZ, 1994, p.140). No caso da construção da identidade baiana, primeiro os intelectuais buscam os elementos da cultura portuguesa, sobretudo o

patrimônio edificado, objetos das famílias ilustres e documentos históricos para demonstrar a importância da Bahia dentro na nação brasileira.

A intelectualidade baiana era formada por dois blocos bastante distintos: primeiro, de filhos da decadente elite canaveira, membros do IGHB que salientavam as características lusitanas e católicas de Salvador; segundo, por mulatos, membros da elite e modernistas que viram no povo mestiço, com cultura de forte influência africana, a representação da cultura local.

Nas décadas de 1920 e 1930, houve a predominância da difusão de idéias relacionadas aos intelectuais do IGHB. A história da Bahia e o patrimônio histórico eram suas principais ferramentas de difusão da concepção de Bahia pois, de acordo com Vanessa Dócio, dentro do IGHB ou sob a sua influência, “se formou um grupo preservacionista, composto por políticos e intelectuais, que iriam se opor, de forma sistemática, ao comércio de antiguidades e ao processo de demolições das edificações históricas do Estado” (DÓCIO, 2014, p.33). Tais intelectuais, com pensamento semelhante aos modernistas do sudeste, em especial, Rodrigo Mello Franco de Andrade, visavam à proteção do patrimônio histórico e artístico da Bahia, vinculado as elites da terra, em um discurso que visava apresentar a opulência da Bahia de outrora.

Foram importantes intelectuais vinculados ao IGHB da Bahia: Francisco Marques de Góes Calmon, Pedro Calmon, José Wanderley de Araújo Pinho, Hermes Lima, Bernardino de Souza, Teodoro Sampaio, Xavier Marques, Pirajá da Silva, Francisco Borges de Barros, Antônio José do Prado Valladares, entre outros (DÓCIO, 2014, p.33). Podemos elencar como fruto do pensamento destes intelectuais a valorização de objetos vinculados às elites baianas, que culmina, posteriormente, na criação do Museu do Estado da Bahia (1918), na criação da Inspetoria dos Monumentos Históricos do Estado da Bahia em 1927 e na publicação de livros e impressão de textos relacionados à exaltação dos engenhos do Recôncavo e de Salvador (DÓCIO, 2014; CERÁVOLO, 2012, 2011). A esfera de atuação dos intelectuais vinculados ao pensamento do IGHB passava pela valorização de documentos, objetos museológicos e bens patrimoniais.

É importante salientar que, ainda a partir da década de 1930, a divisão da intelectualidade baiana em dois blocos distinguia os intelectuais em: aqueles vinculados ao IGHB que buscavam, a partir dos artigos e discursos proferidos no órgão e da criação da Inspeção dos Monumentos Históricos do Estado da Bahia, valorizar os elementos da colonização lusitana (DÓCIO, 2014); em segundo, aqueles voltados para a compreensão da realidade (realismo), ou seja, preocupados “com as questões socioeconômicas, valorização da cultura regional e local e da religiosidade dos habitantes da Baía de Todos os Santos” (SANTANA, 2017, p.43). Salienta-se também que, entre o final da década de 1920 até 1950, os grupos expressavam modos particulares de compreender a importância histórico-cultural da Bahia, com afastamentos e aproximações próprias do meio, devido ao caráter heterogêneo da intelectualidade baiana.

Os intelectuais do IGHB, que durante uma década desenvolveram pesquisas na inspeção baiana de monumentos históricos, criada em 1927, viram na criação do SPHAN em 1937 e no instrumento legal do tombamento, em âmbito federal, de vários edifícios representativos da arquitetura luso-brasileira, uma legitimação dos discursos proferidos pelos membros da associação. Havia no estado da Bahia uma mentalidade de parte dos intelectuais baianos voltados para a preservação dos vestígios da colonização portuguesa uma tentativa de, aos moldes de Minas Gerais, se criar uma idéia de Bahia vinculada ao patrimônio edificado. Um dos exemplos de alinhamento dos discursos entre os intelectuais baianos e o SPHAN é o relatório do Subinspetor de Monumentos Históricos, Padre Manoel A. Barbosa, enviado ao governador do Estado da Bahia em 1936, que enfatiza o caráter lusitano de Salvador para a visitação turística:

A nossa Capital, será, num futuro bem próximo, o maior centro de turismo sul-americano tão simples pelo que possui do passado. As igrejas, os edifícios, as velhas e tortuosas ruas, os aspectos regionais, os costumes, as tradições, a história, enfim todo esse legado que nos foi transmitido, serão os grandes e únicos atractivos para o visitante curioso e para o turista historiador ou artista (BARBOSA, 1972, p. 463-464).

Figura proeminente deste discurso de preservação da arquitetura colonial baiana foi Wanderley de Araújo Pinho, filho da elite açucareira do Recôncavo, idealizador da Inspeção dos Monumentos Históricos da Bahia e defensor do patrimônio do centro histórico de Salvador. Sobre o intelectual Sueli Cerávolo afirma que era:

[...] personalidade de elite, influente, político e reconhecido como historiador não deve ter passado despercebido. Deve-se considerar que seu discurso emanava de um agente social recoberto por autoridade e a partir de um lugar – o IGHB – identificado aos interesses regionais, reconhecido socialmente e igualmente investido de autoridade. Um discurso performativo na concepção bourdiana do termo instituindo e indicando ao ouvinte (aqui os associados constituindo-se num grupo de poder social, cultural e político) uma dada percepção de mundo que, uma vez revelada, tende a se voltar para a ação. Neste caso, tanto a intenção em insuflar a percepção do valor do patrimônio histórico e artístico como a persuasão para protegê-lo (CERÁVOLO, 2012, pág. 05 - 07).

Entretanto, concomitantemente à força exercida pelos intelectuais vinculados ao IGHB surgem os intelectuais comunistas (SANTANA, 2017) e os intelectuais que valorizavam o elemento negro como formadores do povo baiano, os quais buscaram outras ferramentas capazes de aguçar uma idéia de Bahia na qual a cultura afro-descendente fosse valorizada. São importantes nomes como Edison Carneiro, Aydano de Couto Ferraz, Jorge Amado, Alves Ribeiro, Azevedo Marques, Clovis Amorim e Dorival Caymmi. Enquanto os intelectuais membros do IGHB e da inspetoria baiana buscavam apoio nas publicações de artigos na imprensa oficial, nos jornais conservadores e na ação do SPHAN, os demais buscavam outros meios para legitimar a idéia de uma Bahia mestiça, repleta de costumes africanos, através da música, literatura, congressos e artes plásticas. Sobre os meios utilizados pelos intelectuais Bobbio afirma que:

Os meios com os quais os intelectuais podem tornar conhecidas e fazer valer as suas próprias idéias (se as têm ou mesmo se não as têm) são enormes. Nenhuma comparação possível entre o tempo em que Sócrates se entretinha com os amigos, os discípulos ou os alunos, em um diálogo íntimo, e o nosso tempo, no qual um artigo publicado em qualquer jornal pode ser lido imediatamente por milhares de pessoas ou uma aparição na televisão pode ser vista por milhões. Nosso auditório dilatou-se desmesuradamente. De limitado a uma região, a um território, a uma cidade, tornou-se nacional [...] De nacional, torna-se, em alguns casos, quase internacional, graças à rapidez das traduções e à rapidez das comunicações. (BOBBIO, 1997, p. 93-94)

Foram diversos os mecanismos utilizados pelos intelectuais baianos para criar uma idéia de Bahia vinculada às características afro-diaspóricas e romper com a idéia criada pelo IGHB. A Frente Negra da Bahia, criada em 1932, foi um importante marco na capital baiana, pois buscava a alfabetização, o “levantamento moral da raça” e a

inserção política (BACELAR, 1996, p.76). A movimentação da intelectualidade negra em busca de reconhecimento e dignidade, principalmente nas ações de Marcos Rodrigues dos Santos, um operário, aqueceu as discussões a respeito do negro na cidade de Salvador, ao ponto do jornal Diário da Bahia desqualificar a ação (BACELAR, 1996).

O II Congresso Afro- Brasileiro, sediado em Salvador em 1937, com Edison Carneiro, Aydano de Couto Ferraz e Jorge Amado como organizadores, promoveu uma maior visibilidade das características afro-diaspóricas da população de Salvador, com a participação de intelectuais mas também do povo-de-santo. Para Geferson Santana, Carneiro, Ferraz e Amado “estiveram comprometidos com uma agenda de luta pela liberdade religiosa, denuncia das repressões aos terreiros de candomblé, à condição de marginalidade e exploração do proletariado negro” através da “produção acadêmica, organização de eventos, agremiações ou na literatura” (SANTANA, 2017, p.313). Nos anais do evento é possível observar o discurso de Jorge Amado sobre a importância de dar visibilidade à população negra de Salvador, salientando a ideia de vergonha relacionada à população de origem africana, afirmando ser necessário “reconhecer, estudar, classificar e louvar a admirável contribuição do negro na formação da nacionalidade” (AMADO, 1937, p.326). Jorge Amado na Bahia, assim como Gilberto Freyre no Recife, propiciam a população local e nacional conhecerem suas características miscigenadas.

É muito difícil pensar que os distintos grupos de intelectuais da Bahia, ao longo das décadas de 1930 e 1940, não se encontravam em algum evento público. Os intelectuais vinculados ao IGHB e os oriundos da Academia dos Rebeldes não conviviam nos mesmos espaços, pois enquanto o primeiro frequentava os salões oficiais e os cafés, o segundo, frequentava os candomblés. Para Luiz Rossi “muito da rebeldia invocada por Edison Carneiro e seus colegas devia operacionalizar códigos de distinção que fossem capazes de marcar a distância relativa que seus membros mantinham das instituições oficiais de manutenção da produção cultural baiana”, pois o distanciamento “se expressava nos diferentes redutos de sociabilidade que cada um dos grupos frequentava, bem como nos próprios estilos de vida que sustentavam” (ROSSI,

2011, p.93). Para Rossi os locais que os intelectuais comunistas conviviam propiciavam o contato e o conhecimento do povo:

Em cafés e bares ao lado ou às margens dos clubs mais elegantes do Largo do Teatro, ou então naqueles de feições mais proletárias – não por acaso, a meio caminho da cidade alta e baixa de Salvador, na região do Pelourinho, teriam eles a oportunidade de não apenas travar contato com um universo heterogêneo de outros tantos jovens desafortunados aspirantes a poeta ou subliteratos desprovidos de toda sorte de capitais, mas também de vivenciar os prenúncios de uma identificação em chave virtual e ambivalente com as figuras e personagens do “povo”, os quais muitos deles, posteriormente, passariam a reivindicar como aliados de suas atividades intelectuais, literárias e políticas (ROSSI, 2011, p.97-98)

Dentre os intelectuais baianos que despontaram na década de 1930 e 1940, Jorge Amado foi aquele que mais ganhou notoriedade. Por possuir uma escrita atraente e próxima da linguagem popular, seus pensamentos se difundiram de maneira mais depressa entre a população, não ficando apenas entre os letrados. Jorge Amado exportou, para o Brasil e para o mundo, uma idéia de Bahia, que décadas depois foi largamente utilizada pelo governo do estado para fins turísticos. Num período em que as pessoas de cor eram marginalizadas, Jorge Amado publicou seis obras emblemáticas *O país do Carnaval* (1931), *Cacau* (1933), *Suor* (1934), *Jubiabá* (1935), *Mar Morto* (1936) e *Capitães de Areia* (1937) que salientam características do povo baiano de Salvador e do baixo sul do estado. Neila Maciel, sobre a idéia de Bahia do escritor Jorge Amado, afirmou que “entre outros tantos formuladores deste discurso, empenhou-se em definir o que seria tido como conteúdo profundo e verdadeiro, numa “autêntica” tradução do espírito do povo da Bahia” (MACIEL, 2015, p. 207).

A partir da década de 1930 também, formou-se uma classe de intelectuais, vinculados a segunda geração do modernismo, que buscou representar o povo nordestino através da música, artes plásticas e literatura. A valorização do nordestino pelos intelectuais modernistas da região era um movimento que visava demonstrar que o Brasil era um país miscigenado, com biomas e costumes contrastantes. No caso baiano, em especial em Salvador e na região do Recôncavo, a identidade nordestina era representada principalmente através dos elementos da cultura negra. Sobre a questão Maciel esclarece que “Jorge Amado, Carybé, Raimundo de Oliveira, Calasans Neto,

Dorival Caymmi” e outros intelectuais “ajudaram a formar e tornar popular e reconhecida uma identidade nordestina, através de um conjunto de valores, de formas de vida, de estilos musicais, estéticos, gastronômicos, formas de manifestar as diferentes religiosidades” (MACIEL, 2015, p. 202).

Apesar da grande movimentação intelectual em prol da valorização da cultura afro-diaspórica pelos intelectuais baianos, o guia *Breves Informações Turísticas*, publicado em 1949, confeccionado pela prefeitura de Salvador sendo prefeito Wanderley de Araújo Pinho, ainda não citava a influencia africana na cultura da cidade. A publicação, em vinte e quatro páginas, buscou sintetizar informações úteis e lugares para a visitação turística, apontando as construções históricas como o principal passeio.

Apenas dois anos depois, a fim combater intelectuais que buscavam mascarar a presença africana em Salvador, o guia turístico *Bêabá da Bahia: Guia Turístico*, publicado em 1951 e escrito por José Valladares, em um capítulo denominado *A Bahia Pitoresca*, enfatizou a influencia cultural africana abordada nos tópicos: preconceito de cor; candomblés; culinária; mercados e feiras; pesca do xaréu; capoeira; festas populares. A atitude de Valladares pode ser encarada como a ação de um intelectual elitista que via a cultura afro-diaspórica como contribuidora na formação das características da cultura baiana, mudança de mentalidade gerada pelos os intelectuais precursores deste movimento na década de 1930.

A “idéia de Bahia” forjada entre os anos de 1930 e 1950 foi o embrião do que mais tarde denominou-se baianidade. Para Agnes Mariano o termo baianidade surgiu na segunda metade do século XX, quando a Bahia entrelaçou de maneira acentuada sua economia ao turismo étnico (MARIANO, 2009). Pode-se afirmar, a partir da análise realizada por Jocélio dos Santos, que a cultura negra chegou ao poder, e no caso baiano, tornou-se uma fonte de renda para o estado através do turismo (SANTOS, 2005). As percepções dos intelectuais do IGHB sobre as características do patrimônio baiano não foram anuladas ao longo das décadas, pois também fazem parte de uma “idéia de Bahia” que perdurou durante um certo período. A “idéia de Bahia”, desenvolvida pelos intelectuais baianos a partir da década de 1930, ampliou-se ao longo dos anos e contempla também a concepção de intelectuais como Wanderley Pinho e José Valladares.

A “idéia de Bahia”, na contemporaneidade, perpassa pelos conceitos de indústria cultural e mercantilização da cultura. A “idéia de Bahia” e mais precisamente de baianidade, na atualidade, tornou-se um patrimônio, mas também um produto que tem sua legitimação profundamente ancorada nos intelectuais que fizeram emergir os reais traços de uma cultura heterogênea. Não há como não associar o turismo étnico a visitação de lugares que Jorge Amado narrou, Carybé pintou ou Verger fotografou. A popularização do que seriam as características da Bahia está vinculada aos intelectuais que, de maneira fiel ou exagerada, apresentaram a verdadeira Bahia ao Brasil e ao mundo.

Referencias:

AGUIAR, Pinto de. **Notas sobre o enigma baiano**. Progresso: Salvador, 1958.

AMADO, Jorge. Elogio a um mestre de seita. In: CARNEIRO, Edison; FERRAZ, Aydano Ferraz (Org.). **O Negro no Brasil**: trabalhos apresentados ao 2º Congresso Afro-Brasileiro (Bahia). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1940.

ASSIS, Nancy Rita Sento Sé. **Questões de vida e morte na Bahia republicana**: Valores e comportamentos sociais das camadas subalternas soteropolitanas (1890-1930). Dissertação (mestrado) – Mestrado de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 1996.

BACELAR, Jeferson. Frente Negra Brasileira na Bahia. In: **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, p. 73-85, 1996.

BARBOSA, Manoel de Aquino. **Retalhos de um arquivo**. Salvador: Academia de Letras da Bahia, 1972.

CERAVOLO, Suely Moraes. **A Inspetoria Estadual de Monumentos Nacionais do Estado da Bahia**: do discurso à ação (1927-1938). Apresentado no Seminário Internacional 90 Anos do Museu Histórico Nacional em Debate (1922-2012) - Mesa-redonda “Primeiras iniciativas de preservação do patrimônio”, Rio de Janeiro, 2012.

CERÁVOLO, Sueli de Moraes. **Criando um passado e musealizando um patrimônio**: o Museu do Estado da Bahia (1918 - 1959). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. 19p. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300532884_ARQUIVO_MATERIA_LIZACAOPATRIMONIOANPUHSP2011.pdf. Acessado em 30 de maio de 2018.

DÓCIO, Vanessa de Almeida. **Sob o signo da pedra e cal**: trajetória da política de preservação do patrimônio histórico e arquitetônico no estado da Bahia (1927 – 1967). Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2014.

GRAMSCI, Antonio. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

LEAL, Maria das Graças de Andrade. **Um estudo biográfico através da obra de Manuel Querino**: o eu narrado na sua escritura. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH, Florianópolis, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1427400091_ARQUIVO_COMUNI_CACAOANPUH2015enviado.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

LEITE, Rinaldo Cesar Nascimento. **E a Bahia civiliza-se...** ideais de progresso e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana Salvador 1912-1916. Dissertação (mestrado). Programa de Pós graduação em História, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1996.

MACIEL, Neila Dourado Gonçalves. **Carybé e a legitimação de um discurso da baianidade na integração das artes em Salvador**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

MARIANO, Agnes. **A Invenção da Baianidade**. São Paulo: Annablume, 2009.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PREFEITURA MUNICIPAL DO SALVADOR. Diretoria do arquivo, Divulgação e Estatística. **Breves informações turísticas**. Salvador: PMS, 1949. 24 p.

RISÉRIO, Antonio. **Uma história da cidade da Bahia**. Rio de Janeiro: Versal, 2004.

ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. **O intelectual “feiticeiro”**: Édison Carneiro e o campo de estudos das relações raciais no Brasil. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social, Universidade Estadual de Campinas, Campinas -SP : 2011.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro. **Formas Urbanas**: cidade ideal & cidade real contribuição ao estudo urbanístico de Salvador. Salvador: Quarteto; FAU/UFBA, 1999.

SANTANA, Geferson. **O combate das idéias**: estratégias culturais dos intelectuais comunistas baianos a produção e um novo conhecimento sobre o Brasil (1920-1937). Dissertação (Mestrado) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2017.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

SANTOS, Jocélio Teles dos. **O Poder da Cultura e a Cultura no Poder:** A disputa simbólica da herança cultural negra no Brasil. Salvador: EDUFBA, 2005.

SILVA, Paulo Santos. **Âncora de tradição:** luta política, intelectualidade e construção do discurso histórico na Bahia (1930- 1945). Salvador: EDUFBA, 2000.

VALLADARES, José. **Bêabá da Bahia:** guia turístico. Salvador: Progresso, 1951.